

Revista ENSAIOS TEOLÓGICOS

Online ISSN 2447-4878



Ensaaios Teológicos está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações - 4.0 Internacional

A DISCIPLINA MILITAR COMO ESCUSA DE CONSCIÊNCIA The military discipline as exclusion of consciousness

Edmar dos Santos Pedrosa¹

RESUMO

Independente da cultura local, crueldade sempre provocará sentimentos controversos. Não é novidade que alguns seres humanos são mórbidos quando se trata do sofrimento alheio, especialmente quando eles são os causadores. O exército romano era muito eficiente naquilo que fazia, especialmente na aplicação de sanções aos condenados. A rígida disciplina militar os obrigava a adotarem padrões cada vez mais elevados de conduta, inclusive agirem com extrema crueldade em suas ações. Faziam isso em nome de seus comandantes, em nome de sua legião e, acima de tudo, em nome de Roma. Jesus sofreu nas mãos deles e, mesmo tendo motivos de sobra para odiar, perdoou a seus algozes e clamou pelo perdão do Pai, sob a justificativa de que eles não sabiam o que faziam. Não sabiam a gravidade pecaminosa de suas ações, pois as cumpriam *ipsis literis*. Não é por acaso que os romanos formaram um dos maiores, senão o maior exército da Antiguidade. Tudo isso se deve à estrita disciplina de suas tropas. No drástico evento da crucificação de Jesus, contrariando as expectativas humanas, Ele lhes perdoa ao invés de os condenar, os ama ao invés de odiar. Ele era Deus, mas também era homem. O motivo que o levou a agir assim é alvo deste trabalho, bem como descobrir as razões que levaram homens a agirem com tamanha crueldade. A disciplina militar está por trás destas questões e, pelo menos no caso dos legionários romanos, serviu-lhes de escusa² de

¹ Doutorando em Tocoginecologia pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Mestre em Teologia pela FABAPAR (Faculdades Batista do Paraná), Graduado em Ciências Policiais e de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco, Bacharel em Direito pela Universidade Salesiana de Campinas, Graduado em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Campinas. E-mail: es.pedrosa@hotmail.com

² Es.cu.sa *sf* (*der* regressiva de *escusar*) **1** Ato de escusar, ou dispensar. **2** Desculpa. **3** Pretexto. **4** *Dir* Dispensa de um encargo, que a lei concede por motivo justo. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=escusa>. Acesso em 06 abr. 2016.

consciência, chamando a atenção do servo sofredor, entregue em suas mãos para ser morto.

Palavras-Chave: Crucificação. Exército Romano. Disciplina Militar. Escusa de Consciência.

ABSTRACT

Regardless of local culture, cruelty will always be something that causes mixed feelings in people. Unsurprisingly some humans are morbidly when it comes to other people's suffering, especially when they are the cause. The Roman army was very efficient in its duty, especially in the application of sanctions to the convicted. The rigid military discipline requires us to adopt higher standards of conduct, including, act with extreme cruelty in their actions. They did this on behalf of their commanders, on behalf of his legion and above all in name of Rome. Jesus suffered in their hands, and, even though plenty of reasons to hate, He forgave his executioners and called for forgiveness of the Father, on the grounds that they did not know what they were doing. They did not know the sinful gravity of their actions. It is not for nothing that the Romans formed one of the largest, if not the greatest army of antiquity. All this is due to the strict discipline of his troops. In the dramatic event of Jesus' crucifixion, contrary to human expectations, He forgives instead of condemning, loves instead of hating. He was God, but he was also a man. The reason that led Him to do so is the subject of this paper, and also find out the reasons that lead men to act with such cruelty. Military discipline is behind these questions, and, at least in the case of Roman legionaries, served them as an excuse for the consciousness, calling the attention of the suffering servant, delivered into his hands to be killed.

Keywords: Crucifixion. Roman Army. Military Discipline. Excuse of Consciousness.

INTRODUÇÃO

Uma questão que enaltece o amor de Jesus pela humanidade e ao mesmo tempo aquece, senão o ódio, pelo menos o desconforto das pessoas, é o relato bíblico do perdão concedido por Ele aos seus executores nos momentos finais de seu martírio. *“E, quando chegaram ao lugar chamado a caveira, ali o crucificaram, e aos malfeitores, um à direita e outro à esquerda. E dizia Jesus: Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem.”* (Lucas 23.33-34).

Beira a redundância dizer que Jesus proferiu aquelas palavras por amor aos homens, incluindo seus opositores e inimigos. Todavia, refletir sobre os motivos que levaram aqueles militares romanos a aplicarem tamanho castigo ao Messias deve ser motivo de acurada pesquisa, uma vez que, ou eram homens absolutamente cruéis, que agiram movidos pela morbidez e sadismo, ou eram profissionais exemplares, cumprindo com afinco e dedicação sua função legalmente instituída.

O presente trabalho pretende lançar luz sobre esta aparente contradição e tentar apontar o que motivou aqueles homens a infligirem tamanho sofrimento em Jesus que, humanamente, estava indefeso e não tinha qualquer condição de reação. O mestre permitiu-se passar pelo que passou e sofrer o que sofreu para remissão dos pecados da humanidade que nele cria ou viesse a crer. No entanto, a forma pela qual sofreu e morreu, merece uma

atenção especial, pois Ele encerrou seu suplício clamando perdão pelos seus carrascos, os quais eram muitos.

A disciplina militar, valor inegociável no seio das tropas constituídas desde aquele período histórico, pode ter sido uma boa razão para tudo o que aconteceu. Homens motivados naquilo que fazem são extremamente eficientes quanto aos resultados obtidos. Torturar e matar Jesus não foi uma missão das mais difíceis a ser executada pelos legionários, uma vez que tinham experiência de sobra nesta área, vez que as execuções por cruz foram constantes no Império Romano.

Mas será que não tinham consciência do erro e crueldade daqueles atos que praticavam? Em caso de resposta positiva ou negativa, o cumprimento do dever, possivelmente lhes tenha cegado o entendimento, enquanto que a disciplina cerrou-lhes a possibilidade de agirem de maneira contrária às ordens recebidas; talvez por isso, Jesus os tenha perdoado, pois, de uma forma ou de outra, eles não sabiam o que estavam fazendo.

Importante tentar compreender porque Jesus, depois de sofrer tanto nas mãos daqueles homens, olha para eles ternamente e perdoa-lhes o pecado ao não ver “maldade” ou hipocrisia em seus atos, mas uma lealdade cega a Roma. A disciplina alcança este poder nas pessoas, fazendo-as cumprir ordens das mais variadas naturezas, sem ao menos questionar sua legitimidade ou necessidade, uma vez que a legalidade era notória. Para um militar disciplinado é simples assim!

1. DISCIPLINA MILITAR

A Hierarquia e a Disciplina são as bases de qualquer instituição militarizada, o que não é exceção nas forças militares brasileiras, conforme definido no Estatuto dos Militares.³ Isso, provavelmente, se deve à origem do Direito Militar, bem como à estruturação das Forças Armadas nacionais, que remontam ao Império Romano, o qual consagrou-se historicamente pela coragem disciplinada. O Direito português, que no Brasil “aportou”, tem matrizes romanas, conforme assevera Univaldo Corrêa.⁴ *Vegitius*, historiador militar antigo, ao perceber a deterioração do exército romano quanto à disciplina, escreveu:

Esses exércitos foram grandes porque eram altamente disciplinados [...] a vitória na guerra não depende só de número ou de coragem, apenas destreza e disciplina assegurarão a vitória. Sabemos que os romanos devem a conquista do mundo ao seu contínuo treino militar, à observância meticulosa da disciplina nos acampamentos e ao cultivo incansável das outras artes de guerra.⁵

³ Lei Federal nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

⁴ CORRÊA, Univaldo. A evolução da Justiça Militar no Brasil – alguns dados históricos. In: **Direito Militar**: história e doutrina – artigos inéditos. Florianópolis: AMAJME, 2002, p. 15.

⁵ MCDOWELL, Josh. **As evidências da ressurreição de Cristo**: os fatos históricos comprovam a ressurreição de Cristo. São Paulo: Candeia, 1999, p. 80.

Na Palestina da época de Jesus, os romanos exerceram um domínio total sobre as estruturas sociais, impondo a justiça *castrense*⁶ à população civil e militar, sendo esta exercida pelos cônsules, com poderes de *imperium majus* e, logo abaixo deles, era executada pelos tribunos, que possuíam a atribuição chamada de *imperium militae*, a qual unia justiça e comando em torno de si.⁷

A manutenção da disciplina entre militares é deveras fundamental, funcionando como importante instrumento de controle das tropas, tanto que se dizia na Antiguidade: “a disciplina é a primeira qualidade do soldado, o valor é apenas a segunda.”⁸ Dessarte, importante se faz conceituar o que vem a ser disciplina:

É a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.⁹ É a constatação de valores regentes da carreira militar, valores estes, elevados a princípios basilares das Forças Armadas.¹⁰

Para um militar romano, disciplina era questão severa. O escritor Tucker narrou que, quando um soldado se juntava a sua unidade, fazia um juramento solene de que obedeceria lealmente ao seu comandante-chefe, o Imperador, representado por seus subordinados, seus oficiais imediatos. Além disso, esse juramento era repetido a cada 1º de janeiro e na data comemorativa da ascensão do Imperador.¹¹

1.1 Datum Perficiemus Munus¹²

O homem que não entende a natureza do problema com que se defronta está condenado ao fracasso.¹³ O abismo cultural e temporal transcorrido entre os fatos envolvendo a tortura e morte de Cristo e os dias atuais, remetem os leitores, pelo menos os mais desavisados, a imaginarem que os legionários agiram por pura maldade e sadismo, quando, na verdade, cumpriram integralmente seu dever legal imposto. A religião cristã parece ter confrontado algo sagrado demais para os romanos, sua devoção a César.¹⁴

Visto que a religião cristã, em rápido crescimento, exigia exclusiva lealdade moral e espiritual daqueles que aceitavam a Cristo, quando era preciso

⁶ A palavra “castrense” origina-se do vocábulo “castra”, *castrorum* do latim, que significa acampamentos militares (NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de direito penal militar**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 36).

⁷ NEVES, 2012, p. 37.

⁸ CHAVES Jr, Edgard de Brito, apud ROTH, Ronaldo João. *Justiça Militar*, cit., p. 7.

⁹ ROCHA, Abelardo Júlio; et. al. **Regulamento disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. São Paulo: Suprema Cultura, 2007, p. 28.

¹⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal militar comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 3.

¹¹ Tucker, T. G. *Life in the Roman World of Nero and St. Paul*, p. 342.

¹² **Legio XVI Flavia Firma** (ou décima sexta legião) foi uma legião romana criada em 70 d.C. por Vespasiano. O lema da Legio XVI era “*Datum perficiemus munus*” (Missão dada, missão cumprida).

¹³ LLOYD-JONES, D. M. **O soldado cristão**. São Paulo: PES, 1996, p. 12.

¹⁴ César. Nome de uma dinastia de líderes romanos, que se iniciou com a família juliana. O César mais famoso foi Caio Júlio César (102-44 a.C.). (GARDNER, Paul. **Quem é quem na Bíblia Sagrada**. São Paulo: Vida, 2005, p. 111-112).

escolher entre a lealdade a Cristo e lealdade a César, este era colocado em segundo plano. Os líderes romanos, empenhados em preservar a cultura clássica dentro da estrutura do império estatal, consideravam isso uma deslealdade para com o Estado, e achavam que os cristãos estavam tentando fundar um estado dentro do Estado. Ou o Estado universal ou a Igreja Universal, o corpo de Cristo, teria de ceder. A soberania exclusiva de Cristo confrontou-se com as reivindicações de César à soberania exclusiva.¹⁵

Para alguns, disciplina é um valor enaltecido à categoria de virtude pessoal. Neste ponto, os romanos possuíam muitas virtudes, pois tudo que faziam, praticavam com extrema disciplina. Para Lloyd Jones, o significado de disciplina é “vigor” ou “energia moral”, sendo uma palavra que descreve “a força da alma”.¹⁶ Definição bem apropriada para os padrões do exército romano.

A título de exemplo, disciplina faz parte da vida de qualquer atleta profissional, e não só deles, mas de qualquer homem, afinal de contas, quando um homem não consegue dominar-se, certamente não conseguirá lidar com um inimigo, de maneira que a disciplina é absolutamente essencial num exército, é uma das qualidades mais importantes. Um exército sem disciplina já está derrotado, torna-se uma multidão desordenada.¹⁷

De alguém disciplinado, a única coisa que se pode esperar é que cumpra de forma exata e fiel sua obrigação imposta. Se a obrigação for prevenir algum mal, espera-se que nada de errado aconteça no setor onde aquela pessoa é responsável. De alguém que realiza uma cirurgia, espera-se que o doente encontre cura completa para sua enfermidade, depois de passar pelas mãos daquele profissional. E de alguém que, legalmente, tem o dever de torturar e matar um criminoso condenado, o que se espera que faça?

Swindoll provoca seus leitores a pensar naquelas pessoas “invisíveis” da história humana, naquelas que poucos ou ninguém se lembra – e são muitas.

O que dizer do mecânico que faz a manutenção do avião que você pegará para um voo de duas horas? Ou da pessoa encarregada de acompanhar o percurso de sua bagagem nos aeroportos internacionais por onde você for a negócios? Você espera que sejam pessoas competentes e que consigam localizar suas malas facilmente. E quanto ao soldado que está de sentinela no turno da meia noite às três da manhã, garantindo o sono tranquilo de seus colegas, em zona de perigo? Você espera que ele se mantenha acordado e alerta.¹⁸

Tudo isso representa a mais pura essência da disciplina – cumprir rigorosamente bem a missão que lhe foi incumbida. Era o que se esperava dos soldados romanos responsáveis pela execução de Jesus. O Messias sabia disso, tanto que, diante dos sofrimentos infligidos preferiu a famosa e impactante afirmação: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem”. Aqueles homens estavam motivados a fazer o que deviam, seja pelo medo das sanções, caso

¹⁵ CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 75.

¹⁶ LLOYD-JONES, 1996, p. 89.

¹⁷ LLOYD-JONES, 1996, p. 91.

¹⁸ SWINDOLL, Charles R. **Vidas incríveis**: histórias fascinantes sobre vidas esquecidas – redescobrimo figuras importantes do Antigo Testamento. Barueri: Ágape, 2013, p. 18.

falhassem, ou mesmo pela rígida disciplina que seguiam, mas, certamente, tinham uma boa motivação para agir daquela maneira, pois motivação é o conjunto de fatores que impulsionam o comportamento do ser humano para a realização de um objetivo.¹⁹

1.2 Estrito cumprimento do dever militar

Como aqueles legionários eram militares romanos, agiram em conformidade com as ordens vigentes para suas funções, ou seja, foram disciplinados em suas ações ao observarem rigorosamente as normas vigentes de forma integral, cumprindo perfeitamente o dever a eles imposto. Eram soldados disciplinados que viviam sob um regime férreo e com sanções graves de aplicação imediata.²⁰ De um homem assim, espera-se que cumpra bem a ordem recebida sem questioná-la – parece ter sido exatamente o que aconteceu.

Tanto é verdade que, desde a época do Império Romano até os dias atuais, o lema conhecido e adotado por qualquer militar em atividade é “Missão dada é missão cumprida” até porque “Ordem não se discute, se cumpre!”.

Assim sendo, os legionários componentes do destacamento em serviço no pretório²¹, aproximadamente 600 homens, receberam ordens para maltratar Jesus, aplicando-lhe toda forma de tortura e maus tratos, que foram desde escárnios com cusparadas em seu rosto, socos, pontapés, ofensas morais até uma longa sessão de açoites (Mt 27). Todos estes atos eram, no costume da época, normais e até exigidos dos executores, que concluíam suas ações com escarnecimentos, como de fato ocorreu com Jesus.²²

Não há, portanto, o que se falar em culpabilidade por parte daqueles legionários romanos na ação perpetrada contra Jesus. Era exatamente aquela conduta esperada de cada um que participou da tortura e morte do Messias. A isso se chama de princípio da culpabilidade, o qual impõe observar se perante o agente havia exigibilidade de conduta diversa da que adotou ou se ao mesmo era inexigível conduzir-se da forma como o fez.²³ Fato que não se aplicou à ação daqueles militares.

Para que houvesse a culpabilidade dos algozes executores de Jesus, seria necessário, sob as lentes do direito militar romano, que eles tivessem adotado uma conduta reprovável, censurável, criminosa e somente se eles pudessem agir de acordo com o direito e não o tivessem feito.²⁴ Eles só poderiam ser punidos se sua conduta fosse culpável, uma vez que esta é uma condição obrigatória para aplicação de uma sanção.

É necessário lembrar ainda que, para terem adotado uma conduta culpável e, conseqüentemente punível, eles precisariam ter potencial consciência da ilicitude daquele ato

¹⁹ DUARTE, Noélio. **O incrível poder da motivação**: as fábulas como ferramenta para o desenvolvimento pessoal e profissional. São Paulo: Hagnos, 2007, p. 31.

²⁰ CORRÊA, 2002, p. 9.

²¹ Residência oficial do governador em Jerusalém, provavelmente localizada na fortaleza Antônia. A Coorte romana era formada por 600 homens (MACARTHUR, John. **Bíblia de Estudo MacArthur**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010, p. 1310).

²² MCDOWELL, 1999, p. 65.

²³ VANDER, Ferreira de Andrade. **Direito penal**. São Paulo: Suprema Cultura, 2004, p. 20.

²⁴ VANDER, 2004, p. 150.

praticado. No entanto, não tinham esta consciência, pois o ato era legal e obrigatório sob as ordens de autoridade constituída.

O que parece ter acontecido foi que aqueles pretorianos não tiveram uma falsa percepção da realidade, causa esta de exclusão da culpa, mas agiram no estrito cumprimento do dever legal a eles imposto, não só cumprindo sua obrigação, como fazendo-a com extrema maestria, basta notar o curto período em que Jesus suportou os sofrimentos a ele infligidos antes de entregar o espírito – apenas seis horas (Mc 15). Alguns teorizam os motivos:

A documentação histórica romana estabelece que desde a prisão até a morte de Jesus na cruz transcorreram 24 horas, e que, uma vez crucificado, sobreviveu [...] horas, quando alguns crucificados duravam inclusive vários dias, sinal [...] da intensidade das torturas prévias às que foi sujeito.

As punções em todo o couro cabeludo assinalam que não foi uma coroa, mas uma espécie de capacete denso de espinhos que Jesus levou na cabeça [...] Provavelmente teve o nariz fraturado por um golpe e o ombro direito esfolado pelo peso do *patibulum*, a parte horizontal da cruz, cujo peso era entre 40 e 50 quilogramas [...] Segundo os estudos, a flagelação foi realizada ao estilo romano, com um *flagelum*, um látigo que partia de um pedaço de madeira e cujas caudas terminavam em bolas de chumbo.

Ambos os joelhos foram esfolados até a rótula pelo efeito das quedas e o peso do lenho da cruz. Os pregos atravessaram os pulsos de Cristo passando entre os ossos, enquanto que para os pés, postos um sobre o outro, usou-se um único prego que entrou pelas impigens, local onde o pé é mais largo.²⁵

Na história recente da humanidade, fato semelhante pôde ser constatado no julgamento de um importante líder nazista, *Adolf Eichmann*, que foi considerado um dos principais organizadores do holocausto. Ao ser julgado e condenado por seus atos, ele pede clemência tentando não ser morto, sob alegação de ter agido disciplinadamente, ou seja, cumpriu o dever que lhe era imposto: "Deve-se estabelecer uma divisão entre os líderes responsáveis e pessoas como eu, forçadas a servir como meros instrumentos nas mãos dos líderes", afirma *Eichmann* no documento. "Eu não tinha a responsabilidade de um líder e, de tal forma, não me sinto culpado."²⁶

O condenado, firmando seu entendimento, completou: "Não sou capaz de reconhecer a decisão da corte como justa e peço à vossa excelência que exercite seu direito de conceder o perdão e ordene que a minha sentença de morte não seja levada adiante", afinal de contas, na visão dele, seus atos não foram maus, já que estavam acobertados pelas leis de seu país. Para ele, a disciplina serviu de escusa de consciência pessoal, mas não para seus julgadores, pois *Adolf Eichmann* acabou sendo enforcado em torno da meia-noite do dia 31 de maio de 1962.

²⁵ Disponível em <http://cleofas.com.br/csi-jesus-de-nazare-a-crucificacao-vista-por-um-legista/> Acesso em 24 mar. 2016.

²⁶ Disponível em <http://www.dw.com/pt/israel-divulga-pedido-de-clem%C3%Aancia-de-criminoso-nazista/a-19008029>. Acesso em 06 abr. 2016.

2. A MAIS IGNÓBIL DAS MORTES

Por mais cruel que possa parecer aos olhos da cultura ocidental deste século, os legionários daquela época apenas cumpriram cabalmente com seu dever. Para eles, Jesus não passava de um criminoso condenado à morte e lhes entregue para sofrer o suplício final. A função militar deles criava um vínculo estreito com a pátria e o sentimento de sua preservação e defesa.²⁷ Jesus foi acusado de tentar usurpar o lugar pertencente a César, um crime de “lesa-pátria”²⁸ e, por ser assim, era visto como algo inadmissível àqueles militares.

Pilatou tomou a decisão de condenar Jesus, justamente por temer que aquela acusação pudesse, de alguma forma, ser verdadeira e, neste caso, ele teria que enfrentar a fúria do tempestuoso Tibério, seu superior imediato, em razão da sua iminente prevaricação, fato que o fazia temer da cabeça aos pés.²⁹ Desta forma, tanto ele quanto os militares exerceram sua função pública, visando à realização dos fins do Estado romano, satisfazendo um interesse da coletividade, que clamava “Seja crucificado!” (Mt 27).

Função pública existe quando alguém está **investido no dever** de satisfazer dadas finalidades em prol do **interesse de outrem**, necessitando, para tanto, manejar os poderes requeridos para supri-las, e que consiste no dever de o Estado, ou quem aja em seu nome, **dar cumprimento fiel**, no caso concreto, aos comandos normativos, de maneira geral ou individual, sob regime prevalente de direito público, por meio de atos e comportamentos controláveis internamente, bem como externamente.³⁰

Todo militar deve ser cômico de seus deveres, dentre eles o da dedicação e fidelidade à pátria, a lealdade em todas as ocasiões, a disciplina e o respeito à hierarquia, o cumprimento das obrigações e ordens. Aliado a isso tudo, deve o militar observar o patriotismo e apego à instituição em que serve, sendo irrepreensível quanto ao sentimento de dever.³¹ A religião e a adoração religiosa, de acordo com a fórmula estabelecida pelo Estado, eram dever cívico, de maneira que, para um romano, César controlava Deus.³²

A morte por crucificação tornou-se um dos mais infames e cruéis métodos de tortura da época antiga. Foi praticado pelos persas em larga escala, pelo exército helênico de Alexandre, o Grande, no Egito e em Cartago, sendo que, destes últimos, os romanos aprenderam o costume, transformando-o na mais cruel e horrenda das torturas a ponto de até os romanos se compadecerem de suas vítimas.³³

Durante a república de Roma, alguns generais ameaçaram o poder do Senado, dentre eles, Sila, que se autoproclamou ditador no ano 81 a. C. Para complicar ainda mais a situação, em 73 a.C., cerca de 40 mil escravos,

²⁷ ASSIS, Jorge Cesar. **Curso de direito disciplinar militar**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 59.

²⁸ Crime contra o poder soberano de um Estado. *lesa-pátria* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/lesa-pátria>. Acesso em 30 mar. 2016.

²⁹ MCDOWELL, 1999, p. 60.

³⁰ ARAUJO, 2012, p. 282.

³¹ ASSIS, 2013, p. 59.

³² DANIEL-ROPS, Henri. **A vida diária nos tempos de Jesus**. São Paulo: Vida Nova, 1983, p. 41.

³³ MCDOWELL, 1999, p. 62-63.

liderados pelo gladiador Spartacus, iniciaram a Terceira Guerra Servil, cuja horda de escravos, contava, inicialmente, com 70 gladiadores foragidos, e acabou crescendo, no final reunindo 200 mil escravos rebeldes, que saqueavam as cidades romanas encontradas no caminho e combatiam o exército romano.

Quando eles toparam com o General Marco Licínio Crasso, em 71 a.C., perto do Rio Sele em Lucania, a batalha aconteceu, e 60 mil escravos, incluindo Spartacus foram impiedosamente aniquilados (o corpo de Spartacus nunca foi encontrado). Os romanos perderam mil homens nessa batalha, porém **6 mil escravos foram capturados e crucificados em um só dia**, ao longo da Via Apia (que leva Roma a Cápuia). O fato entrou para a história, como a maior crucificação já realizada na História da humanidade.³⁴

Esta certamente era uma morte digna a ser aplicada a um usurpador do trono de César, embora Jesus nunca tivesse clamado para si este status, mas foi indevidamente acusado pelos líderes judaicos (Lc 23), pois estes sabiam que há pelo menos dez anos, o furioso Tibério declarou que um juiz poderia executar qualquer pessoa que se rebelasse contra Roma.³⁵ Isso justifica o sentimento acovardado e receoso de Pilatos, antes de proferir a sentença final contra Jesus.

2.1 Jesus sabia que seria assim

Jesus, sendo Deus, certamente sabia de tudo que lhe aconteceria e de como as coisas se desenrolariam a partir de sua derradeira entrada em Jerusalém. Não lhe era novidade a forma brutal e disciplinada com a qual os soldados romanos agiam. Sua iminente execução angustiou-lhe profundamente a alma, pois tinha perfeita noção do que lhe aconteceria a partir do momento de sua prisão, afinal, além de ser Deus, Jesus como homem cresceu em meio à presença e ao poderio romano, sabendo detalhadamente como eles agiam.

No Getsêmani, Jesus exteriorizou de forma clara e dramática este sentimento de temor. Ao chamar seus discípulos para com ele orar, abriu o coração ao dizer que sua alma estava tão triste ao ponto de morrer e em seguida ergueu a voz ao céu pedindo para que o Pai afastasse Dele aquele cálice (Mt 26; Mc 14; Lc 22). Sabia que não seria uma execução discreta, agradável e tranquila – e de jeito nenhum o foi.

Por outro lado, todos aqueles eventos envolvendo a sofrida morte de Jesus, foram profetizados séculos antes, notadamente, de forma mais marcante, nos escritos do profeta Isaías, que retratou o Messias como sendo o servo sofredor.

Ele faz uma obra para o benefício de Israel e das nações [...] Os judeus nos tempos do Novo Testamento aplicaram estas passagens ao Messias, embora evitassem atribuir os sofrimentos a Ele. Isto levou o próprio Jesus a identificar o Messias como o servo sofredor que derramaria o seu próprio sangue e morreria como um resgate pelos pecadores e se levantaria de entre os mortos novamente.³⁶

³⁴ Disponível em <http://www.gazetadebeirute.com/2013/06/a-maior-crucificacao-da-historia-da.html> . Acesso em 08 abr. 2016.

³⁵ MCDOWELL, 1999, p. 63.

³⁶ HORTON, Stanley, M. **Isaías o profeta messiânico**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 554.

Conforme narrado por aquele profeta, o Servo do Senhor sofreria (52.13), fazendo ali uma previsão dos sofrimentos que adviriam a Cristo, todos ligados a sua crucificação e tendo como resultado que as bênçãos da redenção concedidas a partir dali, estender-se-iam a todas as nações (Romanos 15.21).³⁷

Como Jesus tinha prévio e amplo conhecimento do que lhe aconteceria, bem como dos motivos que levariam, não seus acusadores mentirosos (Fariseus), muito menos seus julgadores acovardados (Romanos), mas seus executores disciplinados (Militares), a executarem-no, Ele não só lhes perdoou como também clamou ao Pai pelo perdão a eles. Fez isso, simplesmente porque eles não sabiam o que estavam fazendo, apenas cumpriam rigorosamente ordens recebidas de seus superiores hierárquicos. A disciplina deles serviu como escusa de consciência por aquele ato cruelmente praticado.

2.2 Estêvão, o discurso do “protomártir”

Citação semelhante àquela de Jesus no momento de sua tortura e preparação para crucificação, ocorreu com Estêvão. Segundo o relato bíblico, ele foi escolhido pelos membros da igreja por ser homem de boa reputação, cheio do Espírito Santo e de sabedoria, para desempenhar o importante ofício da *διακονία*³⁸ (diaconia).

(Gr. “riqueza” ou “coroa”). É um dos personagens mais proeminentes do Novo Testamento. O seu discurso é o mais longo do livro de Atos (At 7.2-53) [...] Sua mensagem era acompanhada de maravilhosas demonstrações do poder de Deus, que lhe davam condições de operar “prodígios e grandes sinais entre o povo” (At 6.8) [...] O discurso de Estêvão diante do Sinédrio é uma memorável recapitulação da história judaica e uma defesa ousada da fé cristã diante de seus acusadores.³⁹

Este homem, diácono da igreja primitiva e cristão exemplar, tem uma história de suplício muito próxima à de Cristo. Ele falou a verdade diante de seus acusadores, teve as vestes arrancadas de si, clamou em alta voz, entregou seu espírito citando o Salmo 31 e, acima de tudo, em meio ao injusto julgamento e a crueldade de seus executores, simplesmente perdoou-lhes quando, de joelhos, clamou ao Pai para que não lhes imputasse aquele pecado (At 7).

O testemunho de Jesus, ao ser torturado e obrigado a andar rumo à cruz, trouxe salvação ao Centurião. Da mesma forma, o martírio⁴⁰ de Estêvão, que foi atacado, arrastado

³⁷ WALVOORD, John F. **Todas as profecias da Bíblia**. São Paulo: Vida, 2000, p. 102-103.

³⁸ A palavra grega assim transliterada *diákonos* (muitas vezes traduzida por ministro ou servo) ocorre cerca de trinta vezes no Novo Testamento e suas derivações aparecem setenta vezes mais. Basicamente, *diákonos* é um servo, e frequentemente um servente de mesas, ou garçom, podendo ser aplicado também a um assistente na obra evangelística. No Novo Testamento, entretanto, o termo nunca perdeu inteiramente sua conexão com o suprimento de necessidades e de serviços materiais (DOUGLAS, J. D. **O novo dicionário da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1991, p. 418).

³⁹ GARDNER, 2005, p. 197.

⁴⁰ Cf. Atos 22.20, “mártir” significa testemunha.

para fora da cidade e apedrejado até a morte, provavelmente foi um dos “agulhões” que levaram Saulo de Tarso a Cristo.⁴¹

Enquanto o jovem Saulo, em pé, olhava o que estava acontecendo, com todas aquelas vestes empilhadas a seus pés (7.58), ouviu as palavras de Estevão e o viu morrer. Uma impressão tão profunda isso causou nele que nunca mais se apagou de sua mente. Anos mais tarde, o próprio Saulo estava sendo julgado perante o mesmo Sinédrio e pela mesma razão pela qual Estevão havia morrido, ele também fez grandes discursos, seguindo muito de perto o mesmo plano daquele discurso que Estevão havia feito e do qual nunca havia conseguido esquecer.⁴²

Aquele grande líder farisaico presenciou muitas prisões, torturas e mortes, mas não igual àquela. Possivelmente, o que trouxe salvação a Saulo foi ter comandado a todo aquele injusto julgamento e execução e ouvir dos lábios do condenado – Pai, perdoa-lhes. É provável que Saulo, bem como os demais membros do Sinédrio⁴³, não sabiam o que faziam. Apenas cumpriram, disciplinadamente, sua obrigação e aquilo que acreditavam ser o mais correto a fazer, tanto que Paulo testemunhou, posteriormente, dizendo que Deus não levou em conta os pecados cometidos no tempo da ignorância (At 17).

Saulo, posteriormente chamado de Paulo, sabia bem o que dizia, pois, como membro daquele alto tribunal, adotava práticas extremamente legalistas. Ele mesmo conta ao rei Agripa: “Durante muito tempo eu os castiguei em todas as sinagogas e os forcei a negar a sua fé. Tinha tanto ódio deles, que até fui a outras cidades para persegui-los” (At 26.11). O testemunho de conversão de Paulo ganha muito mais realce na Nova Tradução na Linguagem de Hoje: “Eu “era” fariseu... Eu “era” tão fanático, que persegui a Igreja” (Fp 3.5-6).⁴⁴

A disciplina serviu de escusa de consciência a Saulo de Tarso e, por isso, Deus não levou em conta os atos por ele praticados naquele fatídico evento. Dessarte, escusa de consciência não significa inocência ou absolvição de pecados.

Diante do sofrimento, Estevão orou pedindo perdão por seus algozes e disciplinados executores, ecoando, mais uma vez, as palavras de Jesus que contrastaram de modo marcante, com a sua atitude de denúncia no discurso outrora realizado, e ilustram como o cristão, embora denuncie o pecado e a desobediência de outrem a Deus, a fim de levá-los ao arrependimento, deve ter por eles preocupação pastoral, orando para que eles sejam perdoados.⁴⁵ O motivo é claro e evidente – eles não sabiam o que faziam.

3. UMA TEOLOGIA DA DISCIPLINA

Fazer o que é errado, segundo os padrões morais e legais de uma nação, é condenável. No entanto, quando alguém pratica um ato em respeito à disciplina e fiel cumprimento das

⁴¹ GARDNER, 2005, p. 198-199.

⁴² JENSEN, Irving L. *Atos*: Estudo Bíblico. São Paulo: Mundo Cristão, 1984, p. 43.

⁴³ Era o mais alto tribunal dos judeus e se reunia em Jerusalém. Parece que o Sumo Sacerdote presidia sobre este corpo. Os gregos deram autoridade aos judeus quanto à questões locais e sob os romanos, esse grupo teve grandes poderes (DOUGLAS, 1991, p. 1534-1535).

⁴⁴ Disponível em <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/324/eu-era-fariseu>. Acesso em 04 abr. 2016.

⁴⁵ MARSHALL, I. Howard. *Atos*: introdução e comentário. São Paulo: Mundo Cristão, 1988, p. 146.

normas, não há o que se falar em cometimento de infração. Porém, estar acobertado por regras, leis e valores humanos, não significa que tal conduta não seja pecaminosa e, conseqüentemente, condenada por Deus.

3.1 João Batista interpretou o que vem a ser disciplina

Para o ascético João Batista, disciplina só alcança o patamar de valor espiritual se estiver amparada por valores bíblicos. Em um de seus discursos a respeito do batismo, ele é procurado por alguns soldados romanos que o questionam sobre como deveriam pautar suas condutas para serem aprovados por Deus. E uns soldados o interrogaram também, dizendo: E nós que faremos? E ele lhes disse: A ninguém trateis mal, nem defraudeis, e contentai-vos com o vosso soldo (Lc 3). A resposta joanina foi tão simples quanto clara: sejam espiritualmente disciplinados, já que militarmente o eram.

João os ensinou a deixarem de fazer aquilo que, era legal, normal e aceito sob as leis romanas, mas era pecado sob a lei divina. Constrangeu-os a viver na contramão daquilo que faziam, uma vez que fazer o que faziam, garantia-lhes a escusa de consciência, mas certamente não a justificação espiritual perante Deus.

3.2 Escusa não significa absolvição

Jesus pede ao Pai perdão àqueles militares pelo ato cruel que praticavam, pois eles não sabiam exatamente o que faziam. Achavam que aquela era sua obrigação, seu ofício profissional, e de fato era verdade. Mas ser perdoado de praticar um ato por desconhecimento, não significa ser remido daquele ato ou de suas conseqüências eternas.

A ignorância de pessoas que praticam atos condenáveis não é levada em conta por Deus. Todavia, Ele não trata as pessoas como inocentes por não saberem aquilo que estão fazendo. Os pecados praticados no tempo da ignorância não são levados em conta somente quando passam pelo processo de arrependimento (At 17). Seja um judeu religioso ou um militar romano, todos necessitariam passar por este processo para receber a redenção.

Isaías 59.1-21. Essa descrição detalhada dos pecados de Israel exigiria confissão e restauração. Deus disse que **os pecados de seu povo o separaram dele** (vv. 1-4). Os atos de violência (v.6) e injustiça (vv. 8-14) exigiam uma resposta divina à nação **judaica** e aos **seus inimigos** (v.18). O Redentor viria de Sião, para **os que se arrependessem de seus pecados** (v.20). O Senhor prometeu que seu Espírito falaria por meio deles para sempre (v.21).⁴⁶ GN

Não levar em conta significa deixar impune pecados cometidos na época da ignorância.⁴⁷ Essa é a essência da mensagem do evangelho de Jesus – o arrependimento de agora apaga os erros de outrora, no entanto reconhecer os pecados, pedir perdão e abandoná-los é *conditio sine qua nom* para alcançar o perdão. A ignorância e o cumprimento disciplinado de obrigações legais não tem o condão de justificar alguém ou torná-lo impune.

⁴⁶ WALVOORD, 2000, p. 102-103.

⁴⁷ DAVIDSON, F. **O novo comentário da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1954, p. 1132.

Isso parece ter acontecido com o Centurião.⁴⁸ Aquele homem que comandou, autorizou e supervisionou pessoalmente as torturas infligidas a Jesus foi confrontado com suas crenças. Desde o pretório, onde começaram os sofrimentos de Jesus, passando pela caminhada até o Gólgota, para ser finalmente martirizado, ele a tudo presenciou. Por fim, quando Jesus foi pregado na cruz, alguns eventos cataclísmicos e a postura sóbria do condenado devem ter mexido profundamente com sua consciência.

Ele estava acostumado a comandar e liderar execuções de condenados, mas nunca uma como aquela. O condenado Jesus sofreu mais do que o normal, teve tortura, coroa de espinhos e açoites em demasia. Depois de sua crucificação, os céus escureceram, ocorreram tremores, pessoas saíram dos túmulos depois de ressuscitar e entraram na cidade de Jerusalém e, depois de tudo aquilo, aquele crucificado conversou com um dos criminosos ao seu lado e perdoou-o de seus erros. Aconselhou sua mãe, Maria, e seu discípulo amado, João, sobre o cuidado mútuo de um pelo outro a partir dali e, ademais, o espetacular estava por vir.

Antes de entregar o espírito, arrancou um último fôlego de vida e, levantando a cabeça pronunciou em alto e bom som o Salmo 22 (Mt 27). Para muitos, ele foi abandonado na cruz, por ter que carregar o pecado da humanidade. Todavia, o “alto brado” de Jesus foi de exultação, não um grito desesperado de agonia final e, pela primeira vez no evangelho, na boca de um gentio, de maneira espontânea, seu reconhecimento indicou o início do ajuntamento das nações.⁴⁹

Aquilo certamente nunca aconteceu a um condenado, afinal de contas, só aquele era Deus e homem ao mesmo tempo. O centurião não resistiu e confessou: “*este homem era verdadeiramente o filho de Deus*” (Mc 15). Para um pagão, o título “Filho de Deus” naturalmente referia-se a um homem justo, deificado depois da morte.⁵⁰

O centurião, a tradição lhe dá o nome de Longino. Ele se encontrou logo em frente à cruz, de onde ele observou tudo, e ficou impressionado justamente pelos detalhes extraordinários da morte de Cristo. Ainda suas palavras notáveis não tivessem para ele o significado que nós lhes atribuiríamos, o romano se distingue, no remate da narrativa evangélica, como o primeiro pagão a ser atraído à fé em Cristo, pelo poder da sua morte.⁵¹

Para ele, os atos praticados no tempo da ignorância, atos estes repletos de disciplina militar romana e rigor legal, funcionaram como escusa de consciência, produzindo o perdão clamado por Jesus ao Pai, tudo isso porque a morte de Cristo lhe trouxe salvação por meio do

⁴⁸ O oficial do exército que supervisionou a execução de Jesus tinha esse posto, assim como Cornélio, o primeiro gentio convertido ao cristianismo. O oficial que deveria supervisionar o açoitamento do apóstolo Paulo era um centurião, assim como Júlio, o oficial que escoltou até Roma. O centurião geralmente comandava uma centúria, formada por 50 a 100 soldados de infantaria. O posto de centurião era a maior posição que um soldado comum podia alcançar. Os que ocupavam essa posição eram soldados de carreira que tinham de ser bons líderes. A disciplina e a eficiência do poderoso exército romano dependiam deles. Disponível em <https://www.jw.org/pt/publicacoes/revistas/wp20150401/voce-sabia/>. Acesso em 01 abr. 2016.

⁴⁹ BEALE, G. K.; CARSON, D. A. **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014, p. 296.

⁵⁰ GARDNER, 2005, p. 111.

⁵¹ DAVIDSON, 1954, p. 1024.

arrependimento de seus erros. Por causa disso, de seus pecados, conforme prometido nas Escrituras Sagradas, certamente Deus não se lembrou mais (Hb 8).

3.3 Jesus condenou a hipocrisia

Em todos os discursos de Jesus, especialmente em suas parábolas ou mesmo no Sermão do Monte, a condenação sempre foi voltada à hipocrisia dos judeus que falavam uma coisa e praticavam outra completamente diferente.

Jesus nunca condenou a sinceridade e a ignorância das pessoas quanto a sua divindade, antes, porém, agiu com amor às pessoas, procurando trazê-las à verdade por Ele contada. Por outro lado, sempre se posicionou contra a hipocrisia, principalmente aquela praticada livremente pelos fariseus. Falar uma coisa e fazer outra completamente diferente não serve como escusa de consciência a ninguém. Pessoas como aqueles fariseus, alegam que não são legalistas ou fundamentalistas, mas ortodoxos, todavia nem sempre é assim.

A palavra ortodoxia se refere ao pensamento correto sobre Deus. Diz respeito à crença e ao ensino baseados nas verdades da fé, verdades consolidadas, comprovadas e tidas em alta conta. São aquelas verdades que não mudam. Elas são o prumo que nos mostra como pensar com retidão em um mundo tortuoso. São ensinadas claramente na Escritura e afirmadas nos credos históricos da fé cristã.⁵²

Em um longo discurso, eivado de confrontações, Jesus condenou veementemente a hipocrisia daqueles religiosos, dizendo que, o que eles falavam tinha valor, mas suas práticas caminhavam em sentido contrário às suas palavras (Mt 23). Aconselhou as pessoas a fugirem de gente daquela estirpe, mostrando o valor imenso que eles davam à aparência exterior, a proeminência e precedência quando estavam em lugares públicos, contrastando com o coração orgulhoso, ao ponto de colocar pesos sobre os ombros das pessoas que elas não podiam carregar.

A exigência de perfeição (5.48) introduz advertências correspondentes contra a hipocrisia na avaliação da importância das pessoas (6.1-18), com especial atenção para a maneira correta de exercitar as três manifestações tradicionais da religiosidade judaica: esmolas (6.2-4), oração (6.5-15) e jejum (6.16-18). Para manter tal postura, é necessário buscar as perspectivas do reino (6.19-34), o que inclui a lealdade absoluta aos valores do reino (6.19-24) e uma confiança inabalável em Deus (6.25-34).⁵³

O mestre, depois de apontar os erros daquelas pessoas, mostra o castigo certo por seus atos, proferindo uma longa série de “Ais”. A verdade não muda, pois é fundamental, porém deve vir acompanhada de atitude humilde.⁵⁴ Isso faltava aos religiosos dos tempos de Jesus, tanto que foram condenados explicitamente. O Sermão do monte (Mt 5 - 7) é um exemplo do

⁵² HARRIS, Joshua; STANFORD, Eric. **Ortodoxia humilde**: defendendo as verdades bíblicas sem ferir as pessoas. São Paulo: Vida Nova, 2013, p. 18.

⁵³ CARSON, D. A. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1997, p. 70.

⁵⁴ HARRIS, 2013, p. 21.

que Jesus esperava de seus seguidores, ou seja, que andassem na contramão do mundo, praticando valores espirituais e não vivendo hipocritamente como aqueles religiosos judeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais uma vez pôde-se notar que, no decorrer da história, homens e mulheres praticaram atos condenáveis aos olhares comuns. Todavia, legalmente cobertos pelas normas vigentes. O mote da luta entre o legal e o justo, o espiritual ou legal, parece ser sempre atual. A humanidade é confrontada, em todo momento, a decidir entre seguir as leis e regras vigentes em sua nação ou viver segundo os padrões espirituais contidos na Bíblia.

Não se discute que os atos praticados pelos soldados romanos contra Jesus foram demasiadamente cruéis. É indiscutível que eles feriram direitos humanos básicos e fundamentais, sendo dignos de reprovação e consternação até os dias de hoje, especialmente nos períodos pascais, quando tais fatos são recordados e, quanto a isso, não cabe aventar qualquer escusa para aqueles militares.

No entanto, fez-se necessária uma análise contextual histórica para entender o que levou os envolvidos no julgamento, tortura e morte de Jesus, a agirem da forma que fizeram. A disciplina militar se apresentou como boa fundamentação para aqueles atos drásticos. Para eles era normal, aceito e até exigido que agissem com dureza e requintes de crueldade para com um condenado, especialmente se o crime fosse sedição ou traição a César por tentar tomar seu lugar de imperador divino. Jesus foi, falsamente, acusado de ter agido assim.

Para os militares, que não processaram nem julgaram Jesus, mas apenas executaram-no, estes cumpriram com maestria sua missão. Não sabiam das falcatruas envolvendo o julgamento do Messias, apenas receberam em suas mãos um condenado sob as leis Romanas, por ter tentado usurpar o lugar exclusivo de César. A pena capital deveria ser cumprida de forma exemplar, e foi.

Por agirem assim, inconscientes do erro e disciplinados em suas ações, foram perdoados pelo próprio executado – Jesus. A disciplina serviu de escusa de consciência, no entanto, sem o arrependimento e perdão dos erros passados e presentes, a escusa não teve o condão de alcançar seu principal objetivo que foi a remissão dos pecados deles.

Por fim, a disciplina só alcança status de valor espiritual, se for respaldada por condutas humanas amparadas nas sagradas escrituras, pois nesse caso, a escusa não será de consciência, mas de perdição eterna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Jorge Cesar. **Curso de direito disciplinar militar**. Curitiba: Juruá, 2013.

BEALE, G. K.; CARSON, D. A. **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

Bíblia Sagrada. Versão Revista e Atualizada de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil.

CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CARSON, D. A. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

CORRÊA, Univaldo. A evolução da Justiça Militar no Brasil – alguns dados históricos. In: **Direito Militar**: história e doutrina – artigos inéditos. Florianópolis: AMAJME, 2002.

DANIEL-ROPS, Henri. **A vida diária nos tempos de Jesus**. São Paulo: Vida Nova, 1983.

DAVIDSON, F. **O novo comentário da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1954.

DOUGLAS, J. D. **O novo dicionário da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1991.

DUARTE, Noélio. **O incrível poder da motivação**: as fábulas como ferramenta para o desenvolvimento pessoal e profissional. São Paulo: Hagnos, 2007.

GARDNER, Paul. **Quem é quem na Bíblia Sagrada**. São Paulo: Vida, 2005.

HARRIS, Joshua; STANFORD, Eric. **Ortodoxia humilde**: defendendo as verdades bíblicas sem ferir as pessoas. São Paulo: Vida Nova, 2013.

HORTON, Stanley, M. **Isaías o profeta messiânico**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

JENSEN, Irving L. **Atos**: Estudo Bíblico. São Paulo: Mundo Cristão, 1984.

LLOYD-JONES, D. M. **O soldado cristão**. São Paulo: PES, 1996.

MACARTHUR, John. **Bíblia de Estudo MacArthur**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

MARSHALL, I. Howard. **Atos**: introdução e comentário. São Paulo: Mundo Cristão, 1988.

MCDOWELL, Josh. **As evidências da ressurreição de Cristo**: os fatos históricos comprovam a ressurreição de Cristo. São Paulo: Candeia, 1999.

NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de direito penal militar**. São Paulo: Saraiva, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal militar comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ROCHA, Abelardo Júlio; et. al. **Regulamento disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. São Paulo: Suprema Cultura, 2007.

SWINDOLL, Charles R. **Vidas incríveis**: histórias fascinantes sobre vidas esquecidas – redescobrimo figuras importantes do Antigo Testamento. Barueri: Ágape, 2013.

VANDER, Ferreira de Andrade. **Direito penal**. São Paulo: Suprema Cultura, 2004.

WALVOORD, John F. **Todas as profecias da Bíblia**. São Paulo: Vida, 2000.